

Título: Ações de alimentação e nutrição em escolas participantes do Programa Saúde na Escola: proposta de instrumento de coleta de dados.

Autoras: Maria Janaína Cavalcante NUNES; Estelamaris Tronco MONEGO; Lucilene Maria de SOUSA.

Unidade Acadêmica: Faculdade de Nutrição/ Universidade Federal de Goiás.

Endereço eletrônico: ceangoias@gmail.com

Palavras-chave: escola, saúde escolar, alimentação escolar

Introdução

Mediante o quadro epidemiológico e nutricional atual, muito se tem falado sobre a educação alimentar e nutricional como estratégia para formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, tendo como espaço de execução o ambiente escolar.

A parceria entre os setores de Educação e da Saúde pode ampliar-se com o envolvimento de outros parceiros na construção de territórios, comunidades e escolas mais saudáveis, fortalecendo as múltiplas instâncias de controle social e o compromisso da comunidade para agir em defesa da vida. Assim, ratificam-se os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), na qual as equipes da ESF assumem o protagonismo e a responsabilidade pela coordenação do cuidado dos escolares e o acesso destes às ações específicas do Programa Saúde na Escola (PSE), considerando suas diretrizes e prioridades, em cooperação com os profissionais da educação (BRASIL, 2009a).

Os desafios mais importantes das ações de promoção da saúde na escola são: a integração com ensino de competência para a vida em todos os níveis escolares; a instrumentalização técnica dos professores e funcionários das escolas e dos profissionais da ESF para apoiar e fortalecer as iniciativas; a identificação e a vigilância de práticas de risco; e o monitoramento e a avaliação da efetividade das iniciativas, para melhorar o compromisso das escolas com a promoção da saúde de seus alunos, professores e outros membros da comunidade escolar (BRASIL, 2009a).

O Programa Saúde na Escola (PSE) é resultado de uma articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com uma visão intersetorial das ações de promoção de saúde cujo objetivo é o de contribuir para a formação integral dos

estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2009a).

O conhecimento sobre as ações de alimentação saudável e nutrição na escola, as iniciativas que promovam hábitos alimentares saudáveis e o estímulo à participação da comunidade escolar na elaboração das estratégias são medidas importantes para a implementação e efetividade do PSE, considerando que o ato de alimentar não é meramente biológico, mas repleto de significados socialmente construídos (BRASIL, 2008a).

A implantação do PSE em Goiás ocorreu em 2008, o que faz oportuno conhecer suas ações, dificuldades e resultados (BRASIL, 2008b). Aparecida de Goiânia é município da região metropolitana que teve o PSE implantado no ano de 2009 quando houve o credenciamento da proposta/projeto em 4 (quatro) escolas de nível fundamental junto ao Ministério da Saúde.

E para conhecer o perfil das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas em escolas públicas participantes do Programa Saúde na Escola no município de Aparecida de Goiânia viu-se necessária a construção de um instrumento de coleta.

Material e métodos:

Para a coleta de dados foi construído um **questionário para avaliar o perfil das ações de alimentação e nutrição em escolas participantes do Programa Saúde na Escola em Goiás** baseado em artigos científicos que tinham como eixo norteador a alimentação no contexto escolar, repositório de teses e dissertações, documentos técnicos do PSE e dados extraídos do Relatório eletrônico do Programa Saúde na Escola do Sistema Integrado do Ministério da Educação (SIMEC) (MACIEL et al., 2010; SCHMITZ, 2008; TULER SOBRAL, 2010; ZUIN; ZUIN, 2009; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010b).

Após a elaboração do questionário este foi avaliado por dois juízes, profissionais com experiência na construção e validação de instrumentos para coleta de dados (fevereiro de 2011). Após as considerações das apreciações feitas pelos juízes realizou-se um estudo piloto no município de Goiânia (abril de 2011) para avaliação da coerência entre o conteúdo das questões e qualidade das respostas obtidas bem como sua consonância com o objetivo do estudo.

O projeto está aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade

Federal de Goiás (Protocolo n. 037/2011).

Resultados e discussão:

O questionário elaborado foi dividido em sete blocos temáticos:

1º. Identificação: considerando o local da entrevista, data, nome do entrevistador, este bloco foi subdividido para obtenção de informações do Setor Educação/Saúde (Gestão) ou Setor Saúde (UABSF/NASF) dependendo da Instituição na qual o informante-chave está vinculado;

2º. Dados do informante-chave: nome, cargo, número telefônico, endereço eletrônico,

Este questionário foi dividido em diversos blocos:

3º. Investigação quanto à implantação geral do PSE no Município: data de implantação, documento de registro, recebimento de incentivo financeiro, materiais educativos e equipamentos, realização de avaliação clínica dos escolares;

4º. Investigação quanto ao desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição vinculadas ou não ao PSE: realização de avaliação nutricional, tipo de registro dos dados coletados nesta avaliação, conhecimento quanto às legislações mais recentes e importantes de alimentação escolar, desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional e ações/atividades de investigação a respeito do hábito alimentar do escolar, capacitação do PSE e com a temática alimentação e nutrição na escola ou em geral, existência e funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, levantamento das facilidades e dificuldades na implementação das ações de alimentação e nutrição em cada uma das Instituições;

5º. Implantação do NASF: existência no município, presença do nutricionista, detectar se a equipe do NASF desenvolve ações de alimentação e nutrição e na escola, ESF e PSE, levantamento das facilidades e dificuldades destas ações;

6º. Conhecimento quanto à presença e atuação do nutricionista no Município: local de atuação e quantitativo de profissionais em cada local, tipo de vínculo empregatício, se o nutricionista está inserido no PSE;

7º. Ações desenvolvidas pelo Nutricionista (questões para o nutricionista): conhecimento e implementação da Resolução 465/2010 do CFN que dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), Portaria Interministerial

nº1010/2006 que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, detectar se desenvolve ações de alimentação e nutrição e na escola, ESF e PSE, levantamento das facilidades e dificuldades destas ações.

Conclusões:

A elaboração deste instrumento oportunizou um aprendizado na construção de formulários para coleta de dados. O desenvolvimento do Piloto o permitiu verificar que está em consonância com os objetivos do projeto.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília, 2009a.96p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica ; n. 24)

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../2009/Lei/L11947>>. Acesso em: 05 de junho de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008a. 152p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria/MS no. 1.861, de 4 de setembro de 2008**. Estabelece recursos financeiros pela adesão ao PSE para Municípios com equipes de Saúde da Família, priorizados a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que aderirem ao Programa Saúde na Escola (PSE).

Brasília, DF: MS, 2008b. Disponível em:
<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008>>. Acesso em 10 abr 2010.

MACIEL, E.L.N.; OLIVEIRA, C.B.; FRECHIANI, J.M.; SALES,C.M.M.; BROTTTO, L.D.A.; ARAÚJO, M.D. Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.389-396, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Executiva. Sistema Integrado do Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola: Relatórios de Componentes do PSE**. Brasília-DF, 2010b. Disponível em:
<<http://simec.mec.gov.br/pse/pse.php?modulo=relatorio/>>. Acesso em 26 out. 2010.

SCHMITZ, B.A.S; RECINE, E.; CARDOSO, G.T; SILVA, J.R.M.; AMORIM, N.F.A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M.L.C.F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, Supl.2, p.312-322, 2008.

TULER SOBRAL, N.A.; SANTOS, S.M.C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n.3, p.399-415, 2010.

ZUIN, L.F.S; ZUIN, P.B. Alimentação é cultura – aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. **Nutrire**, São Paulo, v. 34, n.1, p.225 – 241, abr. 2009.

Órgão financiador: Programa de Extensão-2010 financiado pelo SESU/MEC.